

## **AS TAREFAS E OS DESAFIOS**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 15.05.1983

Os primeiros dois meses do governo Montoro podem ter várias leituras. Para mim foi um período de desafio, preocupação e aprendizado. Acredito que para a maioria dos demais membros do governo e principalmente para o governador os sentimentos fundamentais nesses sessenta dias tenham sido os mesmos. Desafio porque a tarefa a enfrentar é pelo menos tão grande quanto às expectativas que se depositam no novo governo. Preocupação porque aos grandes e crônicos problemas da sociedade brasileira e paulista a desigualdade, a injustiça, o autoritarismo, a miséria de uns contrastada com os privilégios burocráticos ou os lucros financeiros e monopolistas de outros - soma-se agora uma crise econômica de grandes proporções, que atinge São Paulo diretamente. Aprendizado porque, por mais que tenhamos tentado preparar-nos para o governo é preciso reconhecer que neste começo a humildade de querer aprender qualidade de cada homem público.

A resposta aos desafios, entretanto, está sendo rápida e já podemos discernir algumas das características básicas que este governo vem assumindo nestes primeiros dias

A orientação fundamental, obviamente, não é a da revanche ou da devassa, mas do trabalho e da construção. Um levantamento das irregularidades que por acaso deixaram rastro está sendo terminado. Mas é óbvio que os resultados dessa auditoria serão um pálido retrato do aventureirismo e da corrupção que infelizmente marcaram o último governo, e que a imprensa denunciou tão firmemente nestes últimos quatro anos. E, de qualquer forma, o que importa agora é construir mais do que destruir, é estabelecer uma estrutura administrativa capaz de levar adiante projetos, é definir uma filosofia de governo que seja agora produto não apenas do desejo mas também da prática, e que leve adiante aqueles projetos que, mais do que do governo, sejam da sociedade.

A tarefa de dar uma estrutura humana e organizacional para o governo foi naturalmente a prioridade básica. Ela já começou antes da posse com a escolha dos secretários e a

definição de algumas mudanças organizacionais, como a unificação das atividades produtoras de energia elétrica do Estado sob um mesmo comando, com a criação da Secretaria da Descentralização e Participação e, principalmente, com a constituição de quatro conselhos de secretários de Estado, que permitirão uma coordenação muito superior das atividades administrativas do aparelho de Estado e de suas empresas. Em contrapartida, desapareceu a figura de um ou dois supersecretários, de forma que o processo de descentralização e delegação de autoridade já começou a partir da cúpula do governo.

Uma segunda tarefa já em pleno andamento é a do saneamento e equacionamento das finanças do Estado. Encontramos o Estado em uma situação financeira dramática, fruto do endividamento das empresas estatais para buscar petróleo onde sabia-se que não existia ou construir uma auto-estrada para qual não havia prioridade. Agora a rolagem do serviço da dívida (renovação dos empréstimos, inclusive juros) torna-se uma condição essencial para a viabilização financeira do Estado. E tornou-se a prioridade fundamental dos secretários econômicos do governo.

Nessa tarefa, entretanto, ficou imediatamente clara a grande dependência de São Paulo em relação ao governo federal, o qual, por sua vez, imerso em sua própria crise, procura equilibrar suas contas externas através de um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido limita-se severamente a renovação dos empréstimos a São Paulo, as obras são paralisadas, a recessão se aprofunda em todo o Estado. E paradoxalmente são exatamente aqueles economistas que não acreditam que uma política indiscriminada e violenta de contenção do déficit público venha a resolver os problemas do Brasil que são obrigados a conter mais fortemente esse déficit.

A brutal centralização não apenas do poder político, mas também do poder econômico nas mãos do governo federal foi assim sentida de maneira dramática, e levou o governador a falar na necessidade de um “novo federalismo”. Mas demonstrou também que, se o plano da política e da teoria econômica podem existir e de fato existem divergências entre um governo de oposição como o de São Paulo e o governo central, no plano da prática de todos os dias é preciso reconhecer que todos estamos no mesmo barco o Brasil e que neste momento o essencial é tratar de cooperarmos.

O momento mais difícil e o aprendizado mais duro nestes sessenta dias ocorreram com os tumultos e quebra-quebras originados de uma manifestação de desempregados. Mas

o essencial é que depois do primeiro momento de surpresa a ordem pública foi mantida com serenidade e sem excessos autoritários inúteis ou fatais. Ficou entretanto novamente claro que coube a São Paulo resolver ou mais precisamente contornar o problema gravíssimo do desemprego, resultado de uma política econômica que sempre criticou.

Em todo esse processo a necessidade de uma política ao mesmo tempo de crítica e de cooperação em relação ao governo central tornou-se clara. Cooperação para a administração do dia a dia, crítica com visitas às grandes decisões nacionais. Para o governo de São Paulo estão muito claras suas responsabilidades nesta área e o papel que poderá desempenhar. Nas eleições de 15 de novembro o governador André Franco Montoro recebeu um mandato não apenas para administrar São Paulo, mas também para representar a sociedade civil os trabalhadores, os empresários, as camadas médias diante de um governo central que há muito perdeu o apoio da Nação.

Nestes primeiros sessenta dias estas duas grandes tarefas a de administrar São Paulo e a de influenciar as grandes decisões nacionais no sentido da redemocratização e da superação da crise econômica foram iniciadas. O desafio permanente destes quatro anos será cumpri-las.(15/05)